



POR MANUEL LUCENA

INVESTIGADOR DO ICS-UL E DO IEP-UCP

O Discurso de Ratisbona

O diálogo com o Islão parece-me necessário mas também é preciso que seja exigente. Não vamos dizer que somos todos iguais.

Sou do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa e agora também do Instituto de Estudos Políticos. Convidado a falar aqui creio que como não católico, começarei por dizer que espécie de não católico vocês têm diante, amigável, mas ao mesmo tempo um bocado reivindicativo. Fui católico como quase toda a gente. Deixei de o ser mas aprecio pouco as tendências que no mundo católico cultivam uma fé menos exigente do que aquela que eu tinha. Acho que ninguém tem nada a ganhar, nem os católicos nem os não católicos, com uma fé – para retomar os termos do Francisco Sarsfield Cabral – com uma fé frágil. Uma vez fui inscrever um filho meu numa escola, e a professora disse-me que a escola era católica. Perguntei-lhe então pelos Mandamentos, pelos Novíssimos do Homem(morte, Juízo e depois Inferno ou Paraíso) e pelo Papa, pelos Bispos. Se era isso... Mas ela respondeu que não era tanto isso e sim, a figura, o exemplo de Cristo. O miúdo não ficou lá. Esse género de coisa, às vezes muito sincera mas nada verdadeira, acho que não é boa para ninguém, crente ou descrente. E tem de resto um paralelo no mundo político. Eu e mais alguns que éramos socialistas, e deixámos de o ser, quando agora olhamos para a maioria dos nossos actuais socialistas, verificamos que eles não acreditam em nada do que nós acreditávamos, a saber: um socialismo deveras incompatível com o capitalismo. Eis o que também não é bom. Porque não posso demorar-me muito, entro já por aqui no Papa Bento XVI, pois é uma das razões da minha estima por ele. Graças a Deus, tem mais uns doze anos do que eu, portanto não posso dizer que sou um jovem da sua geração. Mas, também vivi uns certos anos sessenta que, para mim, foram uma aventura esquerdista e para os católicos foram os anos do Concílio. Ora parece que ele pertenceu à vanguarda conciliar, enquanto muitos como eu queríamos estar na vanguarda de uma extrema esquerda que

achava o partido comunista demasiado moderado, e coisas desse género. Mas a certa altura ele percebeu, como nós percebemos, que o caminho encetado à luz de uma pureza ideológica muito acentuada ia dar com os burrinhos na água. Já os surrealistas do André Breton, muitos anos antes, tinham tido um problema destes, quando viram o movimento deles derrapar e decretaram um famoso “Ralentir Travaux”. Guardando sempre as devidas distâncias, também nós, como o então cardeal Ratzinger, vimos que era preciso pensar um bocado, moderar certas coisas, abandonar outras e fomos por isso mal queridos por companheiros de combate que não fizeram essa revisão. Isto também é uma

declaração de interesses que eu tenho de fazer. A minha simpatia por este Papa também terá uma razão muito interesseira e é justo que vocês possam desconfiar de mim.

Entrando agora propriamente no discurso de Ratisbona, estou de acordo com o Francisco quando ele diz que o mais importante é a parte relativa às relações entre a razão e a fé. Estou inteiramente de acordo com ele nisso; e ele fez uma exposição dos principais pontos que me dispensa de entrar nessa matéria. Claro que a manutenção de uma grande tensão entre a razão e a fé - que me parece que é o que caracteriza este Papa – é para mim muito valiosa, mas eu gostava - sem ser um especialista, li mais algumas coisas dele, mas provavelmente faltar-me-ão textos essenciais - de salientar que este texto de Ratisbona é lacu-

nar e perigoso para os menos versados no tema. Não creio que se trate de uma falha do autor, que num só texto não podia tratar de tudo. Mas neste não trata, nunca fala, de uma coisa muito importante. Já vos direi qual é, mas antes conto uma história de Santo Agostinho. Um dia ele foi para a praia meditar e viu uma criança que com uma concha tirava água do mar e a deitava na areia. E tirava e tirava e assim horas até que o Santo lhe perguntou: “o que é que tu estás a fazer?”, e o menino respondeu que estava a tentar esvaziar o mar, a tirar toda a água do mar. E Santo





DOSSIER

Agostinho disse: “mas isso nunca mais acaba, isso é impossível, nem que demores uma eternidade”. Mas o menino (claro que era o menino Jesus) voltou-se e retorquiu: “não, não, eu acabarei isto muito antes de tu começares a perceber o mistério da Santíssima Trindade em que estás para aí a pensar”. O mistério é coisa muito para além da razão, e para ela bastante incompreensível. Ora esta ponto não vem no discurso de Ratisbona. Não pretendo ensinar nenhum Padre Nosso ao Vigário, o Papa Bento XVI certamente está farto de saber esta história de Santo Agostinho e muitas outras coisas. Estou a pensar, sim, em leitores incautos deste discurso de Ratisbona. A propósito, prefiro falar em tensão dialéctica entre a razão e a fé; e não tenho a certeza de que o Papa não exagere um pouco, “pro-domo sua” a convergência entre ambas, ao falar de uma intimidade que neste discurso parece demasiado pacífica entre o Cristianismo e a Grécia clássica. Na verdade, quando estudamos um pouco a história das origens do Cristianismo, vemos que a razão helénica se debateu muito com a fé cristã. Esperneou imenso. E sectores seus produziram heresias. Foi muito difícil admitirem a Santíssima Trindade, foi muito difícil aceitarem a dupla natureza humana e divina de Cristo. Uns diziam que Cristo era só homem e outros diziam que Cristo era só Deus ou que era Deus de uma maneira simbólica ou derivada. Há toda uma dificuldade na relação entre a fé e a razão, que não tira a razão ao Papa quando ele afirma a razoabilidade ou abertura da fé cristã mas não é aquela tranquila convivência dos pensamentos cristão e grego que o discurso de Ratisbona sugere. Estou em crer que uma leitura completa dos textos do Papa Bento XVI permitirá uma visão mais complexa. Não acredito que ele seja réu de objecções simplistas mas quem leia apenas o discurso de Ratisbona poderá formulá-las. Faço aqui um pouco de Cardeal Diabo mas por achar que ele merece que aprofundemos o seu pensamento.

Um outro aspecto do discurso de Ratisbona diz respeito ao Islão. E quanto a este discordo do Francisco Sarsfield Cabral, que a meu ver subvalorizou o problema. De facto, o Papa, citando o imperador Manuel II Paleólogo, salienta no Islão o recurso à espada para expandir a fé. Bento XVI diz logo que considera a crítica do imperador muito abrupta e, numa nota do artigo, escrita mais tarde, diz que a frase do imperador provocou uma indignação compreensível. “Essa frase – explica ele – não exprime a minha apreciação face ao Alcorão pelo qual nutro o respeito que se deve ao livro sagrado de uma grande religião”. É evidente que o Papa, aqui, está a ser diplomata sem mentir. Está a ser diplomata mas está a dizer a verdade, é demasiado culto para reduzir um movimento e uma realidade histórica, como os do Islão, a uma coisa negativa e pura e simplesmente de rejeitar. Mas acrescenta que “ao citar o texto do imperador procurou “evidenciar a relação essencial entre a fé e a razão”. Eis o que também é verdade. E, a propósito, esclarece: “neste ponto estou de acordo com Manuel II”. Está de acordo com Manuel II que faz ao Islão uma crítica grave. Resumindo: o Papa é diplomata, deita uma certa água na fervura mas não se desdiz. É verdade que depois se refere ao deslize doutrinário católico da Baixa Idade Média, tendente a desligar Deus de qualquer “compromisso” com a humana razão. Mas, ao contrário de muitos católicos, que a todo custo querem assemelhar-se aos muçulmanos - o Papa não falou nem nas cruzadas nem na Inquisição. E fez bem, porque há, entre as duas religiões, distâncias abissais. Desde logo, nas figuras dos fundadores: Maomé a

certa altura, quando passa de Meca para Medina torna-se num chefe de Estado e chefe militar, que em 632, quando está para morrer e já não pode comandar exércitos, a última coisa que fez foi ameaçar os imperadores de Bizâncio e da Pérsia de que ou eles se convertiam a bem ou falaria a espada. Cristo nunca falou assim nem forneceu aos seus fiéis qualquer exemplo desse género. O mais que fez foi expulsar os vendilhões do templo. Nunca mandou converter pela espada, e os cristãos que o fizeram – ao contrário dos muçulmanos – não obedeceram nisso ao fundador... Outra diferença essencial entre o cristianismo e o islamismo vem da extrema dificuldade, no Islão, em dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, em distinguir entre o domínio religioso e o político. Em suma, o diálogo com o Islão parece-me necessário mas também é preciso que seja exigente. Não vamos dizer que somos todos iguais. Os cristãos não têm de se sangrar em saúde. A nossa civilização ocidental, de influência cristã, não é de facto, nestes pontos capitais, semelhante à islâmica. Nem se pode dizer que, no fundo somos todos iguais. Seria cair naquele relativismo multiculturalista contra o qual Bento XVI tem terçado armas. Estou com ele contra um multiculturalismo cheio de sentimentos de culpa e de fácil imparcialidade. Como o meu conhecimentos do Islão não é grande, recomendo o livro de um grande amigo meu, que está nesta sala, escrito depois do ataque às torres. Chama-se o autor Francisco Corrêa Guedes e o livro “Maomé, o Islão e o extremismo Islâmico” mostra bem, primeiro, como é que o pensamento e o ensino de Maomé aconteceu na Arábia, como foi em Meca, muito mais poético (em versículos mais curtos) do que viria a tornar-se em Medina, e mais tolerante para com o judaísmo e o cristianismo, quando queria que os fiéis rezassem virados para Jerusalém. Mas depois também mostra como essa tolerância cessou na fase seguinte, de Medina, em que Maomé, tendo envidado (e deixado de ser marido de uma senhora da qual era empregado) e passando a defender a poligamia, se tornou chefe de Estado e chefe militar; acabando, como já disse, por ameaçar impérios com conversões forçadas. Não foi por acaso mas sim obedecendo ao Profeta que em 711 os árabes atravessaram o estreito de Gibraltar e foram por aí fora até serem derrotados em Poitiers(732)...

Outro ponto importante diz respeito à elaboração dos textos sagrados. O do Alcorão, fixado nos anos seguintes à morte de Maomé, não é cronológico. De Cristo sabemos viveu anos recolhido e a certa altura saiu para a vida pública e pregou em determinadas circunstâncias; podemos entender o que ele disse, à luz do que foi fazendo e do que foi acontecendo. Eis o que não é possível na leitura do Alcorão que não é cronológico. Começa com os versículos mais compridos, em geral os da fase de Medina. E depois vai andando para os mais curtos, sem referências à vida de Maomé. Uma das virtudes do livro do Francisco Correia Guedes consiste precisamente em esboçar uma cronologia, uma ligação entre o discurso da vida e a elaboração da doutrina de Maomé. Talvez ele talvez possa dar aqui uma achega, ajudar-me um pouco nesta minha intervenção. Mas a ligação entre a evolução da doutrina e as várias fases da vida pública e privada do fundador, é para o Islão inaceitável. Para os muçulmanos, análises críticas do Alcorão, ditado directamente por Deus, são pecados equivalentes a profanações. Aqui está outro abismo entre as duas religiões. ●

